

# Demonstrações Financeiras

ALVORADA COMPANHIA SECURITIZADORA  
DE CRÉDITOS FINANCEIROS

**2025**



## **Sumário**

**Relatório da Administração ... 3**

**Demonstrações Financeiras ... 4**

Balanço Patrimonial ... 4

Demonstração do Resultado ... 5

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ... 6

Demonstração do Resultado Abrangente ... 7

Demonstração dos Fluxos de Caixa ... 8

**Notas Explicativas da Administração ... 9**

**Relatório do Auditor Independente ... 20**

#### **Senhores Acionistas,**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (“Sociedade”), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 12.763 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 155.459 mil e Ativos Totais de R\$ 157.408 mil. A Assembleia Geral deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do Capital Social. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu Estatuto Social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

#### **Diretoria**

## Demonstrações Financeiras

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

### Balanço Patrimonial em 31 de dezembro – Em Reais mil

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Circulante</b>		<b>157.408</b>	<b>144.781</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	157.408	144.781
<b>Total do ativo</b>		<b>157.408</b>	<b>144.781</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>1.949</b>	<b>1.963</b>
Impostos e Contribuições a Recolher	13d	1.827	1.860
Dividendos/ JCP a Pagar	7c	122	103
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>155.459</b>	<b>142.818</b>
Capital Social	7a	77.000	70.000
Reservas de Lucros	7b	78.459	72.818
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>157.408</b>	<b>144.781</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## Demonstrações Financeiras

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

### Demonstração do Resultado dos Exercícios em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2025	2024
<b>Receitas Operacionais</b>	<b>8</b>	<b>45</b>	<b>2.173</b>
Outras Receitas Operacionais		45	2.173
<b>Despesas Operacionais</b>		<b>(1.233)</b>	<b>(933)</b>
Despesas Tributárias	10	(947)	(807)
Despesas Gerais e Administrativas	11	(286)	(126)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>9</b>	<b>20.301</b>	<b>15.245</b>
Receitas Financeiras		20.301	15.245
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b>		<b>19.113</b>	<b>16.485</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	13a e 13b	(6.350)	(5.541)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>12.763</b>	<b>10.944</b>
Número de ações por lote de mil ações	7a	37.084	37.084
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações		0,34	0,30

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## Demonstrações Financeiras

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>61.000</b>	<b>4.897</b>	<b>66.080</b>	<b>-</b>	<b>131.977</b>
Aumento de Capital Social com Reservas	9.000	(4.334)	(4.666)	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	10.944	10.944
<b>Destinações:</b>					
- Reservas	-	547	10.294	(10.841)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(103)	(103)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>70.000</b>	<b>1.110</b>	<b>71.708</b>	<b>-</b>	<b>142.818</b>
Aumento de Capital Social com Reservas	7.000	-	(7.000)	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	12.763	12.763
<b>Destinações:</b>					
- Reservas	-	638	12.003	(12.641)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(122)	(122)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>77.000</b>	<b>1.748</b>	<b>76.711</b>	<b>-</b>	<b>155.459</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## **Demonstrações Financeiras**

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

### **Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro** – Em Reais mil

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>12.763</b>	<b>10.944</b>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
<b>Total do Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>12.763</b>	<b>10.944</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## Demonstrações Financeiras

Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

### Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2025	2024
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>		
<b>Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>19.113</b>	<b>16.485</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:</b>	<b>(2)</b>	<b>(107)</b>
Reversão para Perda por Redução ao Valor Recuperável de Recebíveis	(16)	(109)
Descontos Concedidos em Renegociações de Crédito	14	2
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>19.111</b>	<b>16.378</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>		
(Aumento)/ Redução em Créditos a Receber	2	107
(Aumento)/ Redução em Tributos a Recuperar ou a Compensar	-	(2.267)
Aumento/ (Redução) em Impostos e Contribuições a Recolher	(2.925)	4
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(3.458)	(3.098)
<b>Caixa Líquido Proveniente/ (Utilizado) nas Atividades Operacionais</b>	<b>12.730</b>	<b>11.124</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>		
Dividendos Pagos	(103)	(107)
<b>Caixa Líquido Proveniente/ (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos</b>	<b>(103)</b>	<b>(107)</b>
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>12.627</b>	<b>11.017</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício	144.781	133.764
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Exercício	157.408	144.781
<b>Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>12.627</b>	<b>11.017</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

#### ALVORADA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

##### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Em milhares de reais

### 1. Contexto Operacional

A Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (“Sociedade”) é uma Sociedade que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil contratadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias. A Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A Sociedade está domiciliada no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, São Paulo.

### 2. Políticas Contábeis Materiais

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2025. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

#### 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Sociedade conseguirá cumprir suas obrigações conforme os prazos contratuais.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 13 de abril de 2026.

#### 2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua, que é o Real (R\$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.

#### 2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e as aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em caixa ou possuem prazo igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota Explicativa 06.

#### 2.4. Ativos financeiros

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido).

##### • Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais deem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

##### • Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados ao VJR são reconhecidos e inicialmente mensurados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado, incluindo juros ou receita de dividendos.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são classificados como VJR.

Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

##### • Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente ao valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, ao valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

#### 2.5. Outros ativos

São representados por recebíveis e são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Não houve reconhecimento de provisão para perda dos ativos financeiros, uma vez que não há qualquer perda esperada com a contraparte conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

#### 2.6. Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência. Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados.

#### 2.7. Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Sociedade reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa 2.4.

#### 2.8. Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

#### 2.9. Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas, passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e
- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

#### 2.10. Patrimônio líquido

##### a) Lucro por ação

A Sociedade apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Sociedade e mantidas em tesouraria.

##### b) Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Sociedade.

#### 2.11. Reconhecimento da receita

CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para clientes por um montante que reflita a expectativa da Sociedade de ter em troca os direitos desses bens ou serviços.

A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

#### 2.12. Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros, Certificados de Depósito Bancários, Letras Financeiras e demais ativos financeiros. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

A composição das receitas financeiras está apresentada na Nota Explicativa 09.

#### 2.13. Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos Fiscais Diferidos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Passivos Fiscais Diferidos".

Os ativos fiscais diferidos sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais ativos fiscais diferidos são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota-base de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder o limite legal. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é apurada a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos ativos fiscais diferidos, bem como os valores dos ativos fiscais diferidos não ativados, estão apresentados na Nota Explicativa 13.

#### 2.14. Apuração de resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre, e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

#### 2.15. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base pro rata dia).

#### 2.16. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos no final das notas explicativas.

### 3. Normas, Alterações e Interpretações de Normas

#### a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025:

- Alterações do CPC 02 – Efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras – As alterações, emitidas em setembro de 2024, exigem que sejam fornecidas informações úteis e completas nas demonstrações financeiras de uma companhia quando uma moeda não puder ser convertida por outra. Estabelece que as companhias adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre diferentes moedas, não sendo possível a conversão, deve-se determinar uma taxa de câmbio a ser utilizada e divulgar essa situação de forma adequada. Estas alterações entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e não foram identificados impactos para Sociedade.

#### b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- CPC 51/IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras. A norma, emitida em dezembro de 2025 introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos – e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas explicativas. Exige maior transparência para as despesas operacionais e apresenta requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. O CPC 51 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. A Sociedade está avaliando os impactos da nova norma.
- Emendas do CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros. As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e a Sociedade está avaliando os impactos destas normas.
- Emendas do CPC 48/IFRS 9 e CPC40/IFRS 7 – Contratos Referenciados à Eletricidade Dependente da Natureza. As emendas, emitidas em dezembro de 2024, visam melhorar a forma como as empresas relatam os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, frequentemente estruturados como acordos de compra de energia (PPAs). As emendas incluem esclarecimentos da aplicação dos requisitos de 'uso próprio', permitindo a contabilidade de hedge se esses contratos forem usados como instrumentos de hedge e adicionam novos requisitos de divulgação para ajudar os investidores a entenderem o impacto desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa das empresas. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, com a possibilidade de aplicação antecipada. A Sociedade está avaliando os impactos destas normas.

#### 4. Gerenciamento de Riscos

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

#### 5. Estimativas e Julgamentos Contábeis Relevantes

A apresentação das demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC, requer que a Administração da Sociedade formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis.

Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, de modo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Sociedade estão assim apresentados:

##### a) Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os “prêmios de controle” resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo.

Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa.

Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a Sociedade a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

##### b) Provisões e passivos contingentes – Nota Explicativa 14

As provisões são revisadas regularmente, e constituídas, sempre que a perda for avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

#### c) Reconhecimento de ativos fiscais diferidos – Nota Explicativa 13

O reconhecimento de ativos fiscais diferidos é feito quando há disponibilidade de lucro tributável futuro para consumo do ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias dedutíveis, Base Negativa de Contribuição Social e prejuízo fiscal.

#### 6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Em 31 de dezembro	
	2025	2024
Disponibilidades em moeda nacional	500	489
<b>Total de disponibilidades (caixa)</b>	<b>500</b>	<b>489</b>
Fundos de Investimentos <sup>(1)</sup>	156.908	144.292
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>157.408</b>	<b>144.781</b>

(1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa. Conforme consta na Nota Explicativa 2.3, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

#### 7. Patrimônio Líquido

##### a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 77.000 (2024 – R\$ 70.000), é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2025	2024
Ordinárias	37.083.738	37.083.738
<b>Total</b>	<b>37.083.738</b>	<b>37.083.738</b>

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2025, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 7.000, elevando-o de R\$ 70.000, para R\$ 77.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta “Reserva de Lucros – Reserva Estatutária e Legal”, de acordo com o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

##### b) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro	
	2025	2024
<b>Reservas de lucros</b>	<b>78.459</b>	<b>72.818</b>
- Reserva legal <sup>(1)</sup>	1.748	1.110
- Reserva estatutária <sup>(2)</sup>	76.711	71.708

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

Em observância ao que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassar o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos conforme artigo 199.

#### c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2025 e 2024 estão demonstrados a seguir:

Em 31 de dezembro				
	2025	% <sup>(1)</sup>	2024	% <sup>(1)</sup>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>12.763</b>		<b>10.944</b>	
Reserva legal	(638)		(547)	
<b>Base de cálculo</b>	<b>12.125</b>		<b>10.397</b>	
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>122</b>	<b>1,0</b>	<b>103</b>	<b>1,0</b>

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

#### 8. Outras Receitas/Despesas Operacionais

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2025	2024
Recuperação de Créditos <sup>(1)</sup>	43	2.066
Reversão de provisão para perda por redução ao valor recuperável de recebíveis	16	109
Descontos concedidos em renegociações de crédito	(14)	(2)
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>2.173</b>

(1) Referem-se a créditos 100% provisionados com baixa expectativa de recebimento.

#### 9. Resultado Financeiro

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2025	2024
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros	20.301	15.245
<b>Total</b>	<b>20.301</b>	<b>15.245</b>

#### 10. Despesas Tributárias

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2025	2024
Contribuições para a COFINS	814	692
Contribuições para o PIS	132	113
Impostos e taxas	1	2
<b>Total</b>	<b>947</b>	<b>807</b>

#### 11. Despesas Gerais e Administrativas

Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2025	2024
Doações e patrocínios	196	62
Serviços de terceiros	48	16
Serviços do Sistema Financeiro	38	37
Editais e publicações	3	4
Outras	1	7
<b>Total</b>	<b>286</b>	<b>126</b>

#### 12. Transações com Partes Relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), controlador direto (Embaúba Holdings Ltda.) e empresas coligadas que o controlador indireto detém participação acionária.

A Sociedade na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A tabela a seguir inclui os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, discriminados por modalidade de contrato, controlador e empresas coligadas do controlador, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Em 31 de dezembro	
	Ativo/(Passivo)	
	2025	2024
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>500</b>	<b>489</b>
Banco Bradesco S.A.	500	489
<b>Dividendos a pagar</b>	<b>(122)</b>	<b>(103)</b>
Embaúba Holdings Ltda.	(122)	(103)

##### a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Sociedade.

#### 13. Imposto de Renda e Contribuição Social

##### a) Demonstração do cálculo dos encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>19.113</b>	<b>16.485</b>
Encargo total do Imposto de Renda (25%) e Contribuição Social (9%) às alíquotas vigentes	(6.498)	(5.605)
<b>Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:</b>		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(72)	(22)
Outros	220	86
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício</b>	<b>(6.350)</b>	<b>(5.541)</b>

##### b) Composição da conta de resultado do Imposto de Renda e Contribuição Social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
<b>Impostos correntes:</b>		
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social devidos</b>	<b>(6.350)</b>	<b>(5.541)</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício</b>	<b>(6.350)</b>	<b>(5.541)</b>

##### c) Ativos fiscais não ativados

O montante de ativo fiscal diferido não registrado em 2025 foi de R\$ 5.476 (2024 – R\$ 5.476), os quais serão registrados quando apresentarem efetiva perspectiva de realização.

#### d) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 1.827 (2024 – R\$ 1.860), referem-se a contribuições para o PIS R\$ 12 (2024 – R\$ 9), contribuições para a COFINS R\$ 76 (2024 – R\$ 53), Imposto de Renda Pessoa Jurídica R\$ 1.657 (2024 – R\$ 1.623) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido R\$ 82 (2024 – R\$ 175).

#### 14. Outras Informações

- a) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não há processos com riscos cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis;
- b) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024;
- c) Em 2025, houve atualização dos processos fiscais da Sociedade com perspectiva de perda possível. Neste contexto esses processos não necessitam de reconhecimento na contabilidade e montam na data base R\$ 412 (2024 – R\$ 396). Trata-se de despacho decisório emitido pela Receita Federal glosando saldo negativo de IRPJ Ano Calendário 2002 e cobrando as compensações correlatas.
- d) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

#### A DIRETORIA

Anderson Luis Pereira Pedro  
Contador – CRC SP-268183/O-6



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Acionistas e Administradores da

**Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A..**

Osasco - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

## **Relatório do Auditor Independente**

### **Alvorada Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros**

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-014428/O-6



Gustavo Mendes Bonini  
Contador CRC 1SP-296875/O-4





**bradesco**